



PROF**HISTÓRIA**

MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

**CONSTRUINDO UMA
HISTÓRIA
ANTIRRACISTA A
PARTIR DAS
MULHERES NEGRAS**





PROF^{HISTÓRIA}

MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

CARTILHA ELABORADA POR
ANA CAROLINE DO
NASCIMENTO PIMENTA
COM A ORIENTAÇÃO DO
PROF.DR.OSVALDO
MARIOTTO CEREZER

APRESENTAÇÃO

Essa cartilha faz parte das atividades do programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (Profhistória) e tem a proposta de fornecer um material pedagógico sobre o uso de livros didáticos como ferramentas para promover uma educação antirracista.

Como público alvo estão as/os professoras e professores da rede de ensino básico da Educação Fundamental Anos Iniciais ao Ensino Médio, compreendendo que esta sugestão também está ancorada nas legislações como a Lei 10.639/03 e o programa de ação da Conferência Mundial das Nações Unidas de 2001 contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância, juntamente com os demais acordos e compromissos de combate ao racismo e a intolerância tendo a educação como uma das ferramentas fundamentais.

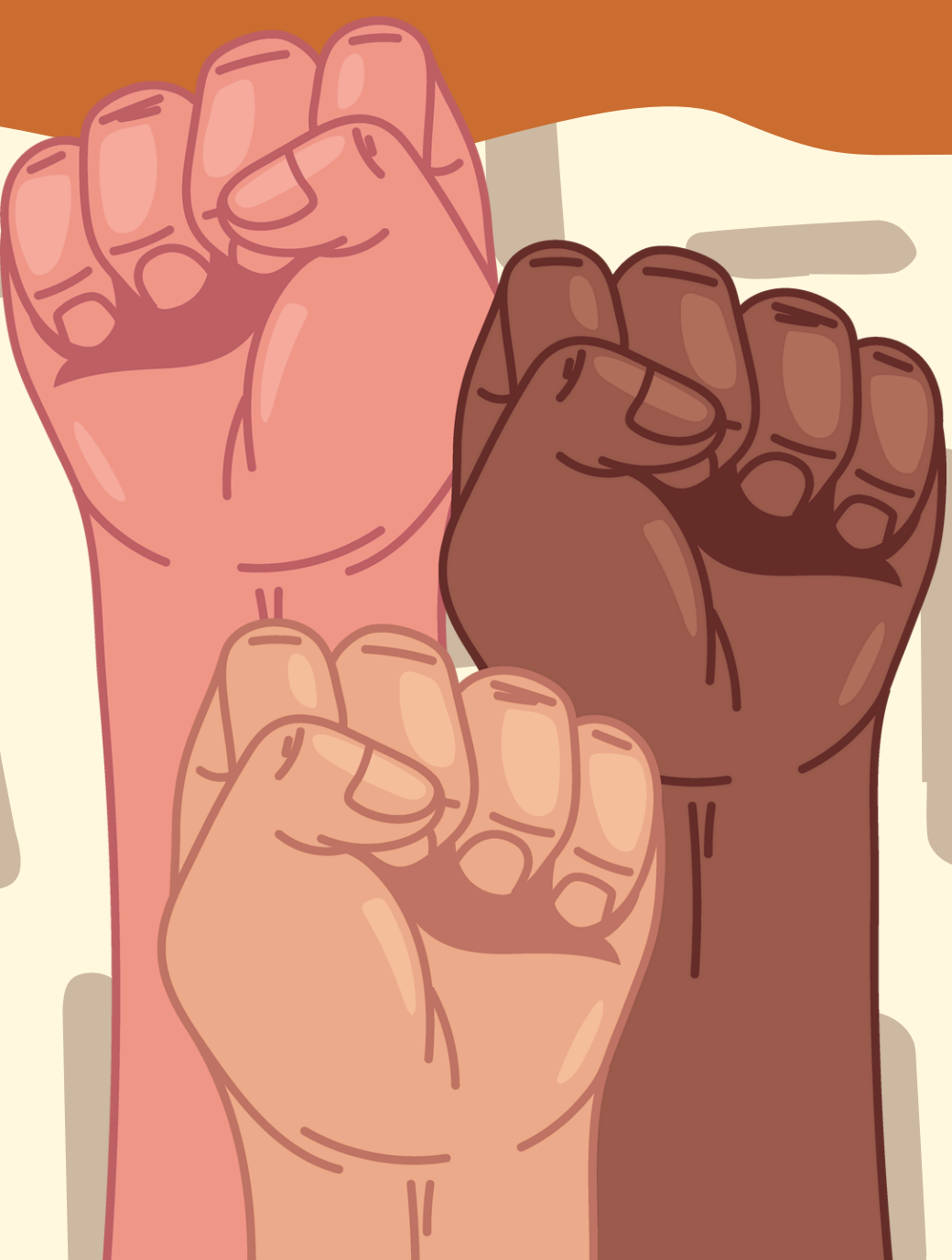
A cartilha apresentará conceitos básicos sobre **raça, etnia, racismo, interseccionalidade, pedagogia decolonial entre outros**, que além de ser uma base didática acessível para o cotidiano educacional também será complementada com sugestões de atividades de formação continuada de professores, além de servir como base pedagógica acessível para o dia a dia em sala de aula, com a premissa de levar o debate sobre a presença ou ausência de pessoas negras nos livros didáticos utilizados na escola.

CONCEITOS FUNDAMENTAIS

AÇÕES AFIRMATIVAS

[...] atualmente, as ações afirmativas podem ser definidas como um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero e de origem nacional, bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como educação e emprego.

Dessa forma, é importante esclarecer que as ações afirmativas não se reduzem à concessão de cotas que promoveriam a igualdade de oportunidades de ingresso das minorias em determinados setores do mercado de trabalho e nas escolas. As cotas são apenas umas das estratégias de implementação dessas ações e, ao serem implantadas, desvelam a existência de um processo histórico e estrutural de discriminação que assola determinados grupos sociais e étnicos/raciais da sociedade. (Gomes, 2002, p.45)



CONCEITOS FUNDAMENTAIS

AÇÕES AFIRMATIVAS

Criou, em 21 de março de 2003, a Seppir (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) e instituiu a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Desta forma, recolocou a questão racial na agenda nacional e a importância de se adotarem políticas públicas afirmativas de forma democrática, descentralizada e transversal. (Brasil, 2004 p. 8)

Podemos citar alguns documentos legais de combate ao racismo.

- Código Penal, art. 140, parágrafo 3º – Injúria discriminatória;
- Lei 7.716/89 – Crime de racismo;
- Lei 7.347/85 – Ação civil pública;
- Lei 10.639/03 – Obrigatoriedade da inclusão da História da África e da Cultura Afro-Brasileira no currículo escolar das escolas públicas e particulares de educação básica;
- O parecer 03/2204, de 10 de março de 2004,[...] que aprova o projeto de resolução das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;P.185

(Gomes; Munanga, 2002, p.8 e 185)



CONCEITOS FUNDAMENTAIS

ANTIRRACISMO NA EDUCAÇÃO

Essa demanda, destinada aos sistemas de ensino, escolas e professores, responde às reivindicações de políticas de ações afirmativas, reparações, reconhecimento e valorização de histórias, culturas e identidades dos movimentos sociais negros. Busca combater o racismo a partir do reconhecimento estatal e propõe a divulgação e a produção de conhecimentos que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico com direitos garantidos e identidades valorizadas.

Por outro lado, o termo reconhecimento implica: desconstruir o mito da democracia racial; adotar estratégias pedagógicas de valorização da diferença; reforçar a luta antirracista e questionar as relações étnicoraciais baseadas em preconceitos e comportamentos discriminatórios.
(Candau; Oliveira, 2010, P.32)

O conflito e a discriminação raciais na escola não se restringem às relações interpessoais. Os diversos materiais didático-pedagógicos – livros, revistas, jornais, entre outros – utilizados em sala de aula, que, em geral, apresentam apenas pessoas brancas com e como referência positiva, também são ingredientes caros ao processo discriminatório no cotidiano escolar.
(Brasil, 2005, P.13)



CONCEITOS FUNDAMENTAIS

ANTIRRACISMO NA EDUCAÇÃO

O conflito e a discriminação raciais na escola não se restringem às relações interpessoais. Os diversos materiais didático-pedagógicos – livros, revistas, jornais, entre outros – utilizados em sala de aula, que, em geral, apresentam apenas pessoas brancas com e como referência positiva, também são ingredientes caros ao processo discriminatório no cotidiano escolar.

Quase sem exceção, os negros aparecem nesses materiais apenas para ilustrar o período escravista do Brasil-Colônia ou, então, para ilustrar situações de subserviência ou de desprestígio social. A utilização de recursos pedagógicos com esse caráter remonta a um processo de socialização racista, marcadamente branco-eurocêntrico e etnocêntrico, que historicamente enaltece imagens de indivíduos brancos, do continente europeu e estadunidense como referências positivas em detrimento dos negros e do continente africano.

Uma educação anti-racista não só proporciona o bem-estar do ser humano, em geral, como também promove a construção saudável da cidadania e da democracia brasileiras. Portanto, nós, educadores(as) brasileiros(as), necessitamos urgentemente contemplar no interior das escolas a discussão acerca das relações raciais no Brasil, bem como de nossa diversidade racial. (Candau; Oliveira, 2010, p. 13 e 14)



CONCEITOS FUNDAMENTAIS



DESIGUALDADE DE GÊNERO E RAÇA

III – desigualdade de gênero e raça: assimetria existente no âmbito da sociedade que acentua a distância social entre mulheres negras e os demais segmentos sociais.

(Brasil, 2021, p.8)

DESIGUALDADE DE RACIAL

II – desigualdade racial: toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica.

(Brasil, 2021, p.8)

Assim, a desigualdade racial é uma característica da sociedade não apenas por causa da ação isolada de grupos ou de indivíduos racistas, mas fundamentalmente porque as instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos.

Em uma sociedade em que o racismo está presente na vida cotidiana, as instituições que não tratarem de maneira ativa e como um problema a desigualdade racial irão facilmente reproduzir as práticas racistas já tidas como “normais” em toda a sociedade. É o que geralmente acontece nos governos, empresas e escolas em que não há espaços ou mecanismos institucionais para tratar de conflitos raciais e sexuais.

Nesse caso, as relações do cotidiano no interior das instituições vão reproduzir as práticas sociais corriqueiras, dentre as quais o racismo, na forma de violência explícita ou de microagressões piadas, silenciamento, isolamento etc. (Almeida, 2019, p.27 e 32)





CONCEITOS FUNDAMENTAIS

DISCRIMINAÇÃO RACIAL

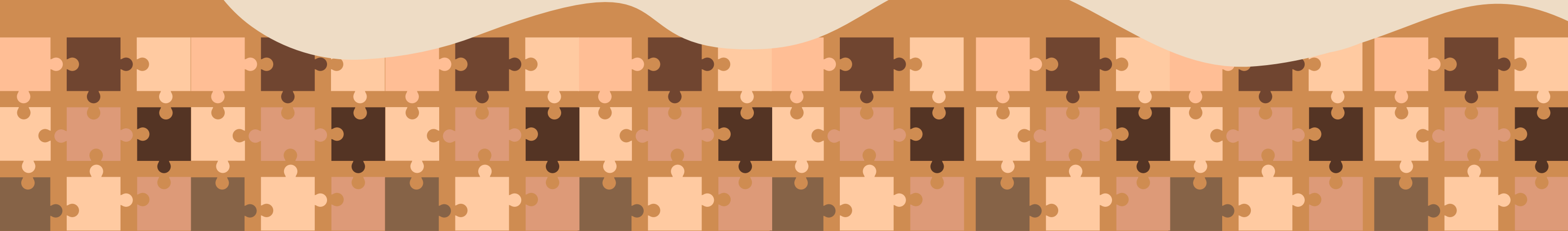
I – discriminação racial ou étnico-racial: toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada.

(Brasil, 2021, p.7)

ETNIA

O conteúdo da raça é morfo-biológico e o da etnia é sócio-cultural, histórico e psicológico. Um conjunto populacional dito raça “branca”, “negra” e “amarela”, pode conter em seu seio diversas etnias. Uma etnia é um conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente, têm um ancestral comum; têm uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmovisão; uma mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território. (Munanga, 2003, p.12)

O racismo e a idéia de raça, no sentido biológico, também foram considerados inaceitáveis e, nesse momento, o uso do termo etnia, ganhou força para se referir aos ditos povos diferentes: judeus, índios, negros, entre outros. A intenção era enfatizar que os grupos humanos não eram marcados por características biológicas herdadas dos seus pais, mães e ancestrais mas, sim, por processos históricos e culturais. Dessa forma, etnia é o outro termo ou conceito usado para se referir ao pertencimento ancestral e étnico/racial dos negros e outros grupos em nossa sociedade. (Gomes, 2005, p.50)



CONCEITOS FUNDAMENTAIS



ETNOCENTRISMO

O etnocentrismo é um termo que designa o sentimento de superioridade que uma cultura tem em relação a outras. Consiste em postular indevidamente como valores universais os valores próprios da sociedade e da cultura a que o indivíduo pertence. Ele parte de um particular que se esforça em generalizar e deve, a todo custo, ser encontrado na cultura do outro.

O etnocêntrico acredita que os seus valores e a sua cultura são os melhores, os mais corretos e isso lhe é suficiente. Ele não alimenta necessariamente o desejo de aniquilar e destruir o outro, mas, sim, de evitá-lo ou até mesmo de transformá-lo ou convertê-lo, pois carrega em si a idéia de recusa da diferença e cultiva um sentimento de desconfiança em relação ao outro, visto como diferente, estranho ou até mesmo como um inimigo potencial. (Gomes, 2005, p.53)

INTERSECCIONALIDADE

A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais.

Segundo Kimberlé Crenshaw, a interseccionalidade permite-nos enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias, além do fracasso do feminismo em contemplar mulheres negras, já que reproduz o racismo. Igualmente, o movimento negro falha pelo caráter machista, oferece ferramentas metodológicas reservadas às experiências apenas do homem negro. (Akotirente, 2019, p.14)



Para a mulher negra inexiste o tempo de parar de trabalhar, vide o racismo estrutural,¹² que as mantém fora do mercado formal, atravessando diversas idades no não emprego, expropriadas; e de geração, infantil, porque deve fazer o que ambos – marido e patroa – querem, como se faltasse vontade própria e, o que é pior, capacidade crítica. Independentemente da idade, o racismo infantiliza as mulheres negras. (Akotirente, 2019, p.18)



CONCEITOS FUNDAMENTAIS

NEGRITUDE

A negritude e/ou a identidade negra se referem à história comum que liga de uma maneira ou de outra todos os grupos humanos que o olhar do mundo ocidental “branco” reuniu sob o nome de negros. A negritude não se refere somente à cultura dos povos portadores da pele negra que de fato são todos culturalmente diferentes. Na realidade, o que esses grupos humanos têm fundamentalmente em comum não é como parece indicar, o termo Negritude à cor da pele, mas sim o fato de terem sido na história vítimas das piores tentativas de desumanização e de terem sido suas culturas não apenas objeto de políticas sistemáticas de destruição, mas, mais do que isso, de ter sido simplesmente negada a existência dessas culturas. Lembremos que, nos primórdios da colonização, a África negra foi considerada como um deserto cultural, e seus habitantes como o elo entre o Homem e o macaco.

Tomada de consciência de uma comunidade de condição histórica de todos aqueles que foram vítimas da inferiorização e negação da humanidade pelo mundo ocidental, a negritude deve ser vista também como afirmação e construção de uma solidariedade entre as vítimas. [...] A negritude torna-se uma convocação permanente de todos os herdeiros dessa condição para que se engajem no combate para reabilitar os valores de suas civilizações destruídas e de suas culturas negadas. (Munanga, 2019, p.25)

Tanto o “ser branco” quanto o “ser negro” são construções sociais. O negro é produto do racismo, “sobredeterminado pelo exterior”, diz Frantz Fanon. O negro faz-se humano com a negritude e com a consciência negra, que constituem a reação intelectual e política contra as condições impostas a ele pelo racismo. (Almeida, 2019, p.49)



CONCEITOS FUNDAMENTAIS ? ?



MITO DA DEMOCRACIA RACIAL

O mito da democracia racial pode ser compreendido, então, como uma corrente ideológica que pretende negar a desigualdade racial entre brancos e negros no Brasil como fruto do racismo, afirmando que existe entre estes dois grupos raciais uma situação de igualdade de oportunidade e de tratamento. Esse mito pretende, de um lado, negar a discriminação racial contra os negros no Brasil, e, de outro lado, perpetuar estereótipos, preconceitos e discriminações construídos sobre esse grupo racial.

Se seguirmos a lógica desse mito, ou seja, de que todas as raças e/ou etnias existentes no Brasil estão em pé de igualdade sócio-racial e que tiveram as mesmas oportunidades desde o início da formação do Brasil, poderemos ser levados a pensar que as desiguais posições hierárquicas existentes entre elas devem-se a uma incapacidade inerente aos grupos raciais que estão em desvantagem, como os negros e os indígenas. Dessa forma, o mito da democracia racial atua como um campo fértil para a perpetuação de estereótipos sobre os negros, negando o racismo no Brasil, mas, simultaneamente, reforçando as discriminações e desigualdades raciais. (Gomes, 2005, p.57)

POPULAÇÃO NEGRA

IV – população negra: o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga. (Brasil, 2021, p.8)





CONCEITOS FUNDAMENTAIS

PEDAGOGIA DECOLONIAL



De maneira ainda mais ampla, proponho a interculturalidade crítica como ferramenta pedagógica que questiona continuamente a racialização, subalternização, inferiorização e seus padrões de poder, visibiliza maneiras diferentes de ser, viver e saber e busca o desenvolvimento e criação de compreensões e condições que não só articulam e fazem dialogar as diferenças num marco de legitimidade, dignidade, igualdade, equidade e respeito, mas que – ao mesmo tempo – alentam a criação de modos “outros” – de pensar, ser, estar, aprender, ensinar, sonhar e viver que cruzam fronteiras. A interculturalidade crítica e a de-colonialidade, nesse sentido, são projetos, processos e lutas que se entrecruzam conceitualmente e pedagogicamente, alentando forças, iniciativas e perspectivas éticas que fazem questionar, transformar, sacudir, rearticular e construir. Essa força, iniciativa, agência e suas práticas dão base para o que chamo de continuação da pedagogia de-colonial (Walsh, 2009, p.25)

Uma pedagogia decolonial teria como objetivo, portanto, visibilizar os dispositivos de poder e questionar as ausências de grupos sociais em nossas narrativas sobre a História da humanidade. Não basta apenas “adicionar” essas culturas, como adornos de homenagem à diferença, mas colocá-las em relação umas com as outras. Urge, inclusive, não apenas incluir os grupos subalternos em uma epistemologia que não foi projetada para que eles tenham dignidade como agentes históricos, mas questionar, inclusive, as raízes dessa epistemologia. Como consequência, é urgente pensar a subalternização dos grupos dominados nas aulas de História como produtos de disputas de poder historicamente dadas. (Costard, 2017, p.172)

Enquanto esta pedagogia própria é central pelo que permite aos descendentes africanos reconhecer o problema colonial e decidir e agir sobre e contra ele, a transformação das relações e condições também requer uma aposta pedagógica que se estende criticamente a outros setores, com o afã de facilitar também sua descolonização por meio de uma ação político-ética compartilhada, assumida e aliada. (Walsh, 2009, p.37)



CONCEITOS FUNDAMENTAIS

PRECONCEITO RACIAL

O preconceito racial é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias. Considerar negros violentos e inconfiáveis, judeus avarentos ou orientais “naturalmente” preparados para as ciências exatas são exemplos de preconceitos.(Almeida, 2019, p.22)

O preconceito como atitude não é inato. Ele é aprendido socialmente. Nenhuma criança nasce preconceituosa. Ela aprende a sê-lo. Todos nós cumprimos uma longa trajetória de socialização que se inicia na família, vizinhança, escola, igreja, círculo de amizades e se prolonga até a inserção em instituições enquanto profissionais ou atuando em comunidades e movimentos sociais e políticos. Sendo assim, podemos considerar que os primeiros julgamentos raciais apresentados pelas crianças são frutos do seu contato com o mundo adulto. (Gomes, 2005, p. 55)

RAÇA

Ainda que hoje seja quase um lugar-comum a afirmação de que a antropologia surgida no início do século XX e a biologia especialmente a partir do sequenciamento do genoma – tenham há muito demonstrado que não existem diferenças biológicas ou culturais que justifiquem um tratamento discriminatório entre seres humanos, o fato é que a noção de raça ainda é um fator político importante, utilizado para naturalizar desigualdades e legitimar a segregação e o genocídio de grupos sociologicamente considerados minoritários. (Almeida, 2019, p.22)

Os militantes e intelectuais que adotam o termo raça[...]Na realidade eles trabalham o termo raça atribuindo-lhe um significado político construído a partir da análise do tipo de racismo que existe no contexto brasileiro e considerando as dimensões histórica e cultural que este nos remete.(Gomes, 2005, p. 47)

Nesse contexto, podemos compreender que as raças são, na realidade, construções sociais, políticas e culturais produzidas nas relações sociais e de poder ao longo do processo histórico. Não significam, de forma alguma, um dado da natureza. É no contexto da cultura que nós aprendemos a enxergar as raças. Isso significa que, aprendemos a ver negros e brancos como diferentes na forma como somos educados e socializados a ponto de essas ditas diferenças serem introjetadas em nossa forma de ser e ver o outro, na nossa subjetividade, nas relações sociais mais amplas. (Gomes, 2005, p. 49)

RACISMO

O racismo é, por um lado, um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc. Ele é por outro lado um conjunto de idéias e imagens referente aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores. O racismo também resulta da vontade de se impor uma verdade ou uma crença particular como única e verdadeira.

Na forma individual o racismo manifesta-se por meio de atos discriminatórios cometidos por indivíduos contra outros indivíduos; podendo atingir níveis extremos de violência, como agressões, destruição de bens ou propriedades e assassinatos. É o que vemos quando nos reportamos ao extinto regime do Apartheid na África do Sul ou os conflitos raciais nos Estados Unidos, sobretudo na década de 60, 70 e 80. No Brasil, esse tipo de racismo também existe mas geralmente é camuflado pela mídia. (Gomes, 2005, p.52)

RACISMO ESTRUTURAL

Em resumo: o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural.[...] O racismo é parte de um processo social que ocorre “pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição”. Nesse caso, além de medidas que coíbam o racismo individual e institucionalmente, torna-se imperativo refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas.

(Almeida, 2019, p.33)

Ou seja, pensar o racismo como parte da estrutura não retira a responsabilidade individual sobre a prática de condutas racistas e não é um alibi para racistas. Pelo contrário: entender que o racismo é estrutural, e não um ato isolado de um indivíduo ou de um grupo, nos torna ainda mais responsáveis pelo combate ao racismo e aos racistas. Consciente de que o racismo é parte da estrutura social e, por isso, não necessita de intenção para se manifestar, por mais que calar-se diante do racismo não faça do indivíduo moral e/ou juridicamente culpado ou responsável, certamente o silêncio o torna ética e politicamente responsável pela manutenção do racismo. A mudança da sociedade não se faz apenas com denúncias ou com o repúdio moral do racismo: depende, antes de tudo, da tomada de posturas e da adoção de práticas antirracistas. (Almeida, 2019, p.34)

CONCEITOS FUNDAMENTAIS



RACISMO INSTITUCIONAL

A forma institucional do racismo, ainda segundo os autores supracitados, implica práticas discriminatórias sistemáticas fomentadas pelo Estado ou com o seu apoio indireto. Elas se manifestam sob a forma de isolamento dos negros em determinados bairros, escolas e empregos. Estas práticas racistas manifestam-se, também, nos livros didáticos tanto na presença de personagens negros com imagens deturpadas e estereotipadas quanto na ausência da história positiva do povo negro no Brasil. Manifestam-se também na mídia (propagandas, publicidade, novelas) a qual insiste em retratar os negros, e outros grupos étnico/raciais que vivem uma história de exclusão, de maneira indevida e equivocada.

(Gomes, 2005, p.53)

No caso do racismo institucional, o domínio se dá com o estabelecimento de parâmetros discriminatórios baseados na raça, que servem para manter a hegemonia do grupo racial no poder. Isso faz com que a cultura, os padrões estéticos e as práticas de poder de um determinado grupo tornem-se o horizonte civilizatório do conjunto da sociedade. Assim, o domínio de homens brancos em instituições públicas – o legislativo, o judiciário, o ministério público, reitorias de universidades etc. – e instituições privadas – por exemplo, diretoria de empresas – depende, em primeiro lugar, da existência de regras e padrões que direta ou indiretamente dificultem a ascensão de negros e/ou mulheres, e, em segundo lugar, da inexistência de espaços em que se discuta a desigualdade racial e de gênero, naturalizando, assim, o domínio do grupo formado por homens brancos.

(Almeida, 2019, p.27-28)

O conceito de racismo institucional foi um enorme avanço no que se refere ao estudo das relações raciais. Primeiro, ao demonstrar que o racismo transcende o âmbito da ação individual, e, segundo, ao frisar a dimensão do poder como elemento constitutivo das relações raciais, não somente o poder de um indivíduo de uma raça sobre outro, mas de um grupo sobre outro, algo possível quando há o controle direto ou indireto de determinados grupos sobre o aparato institucional.

(Almeida, 2019, p.31)



ATIVIDADE COM AS(OS) PROFESSORAS(ES), DOMINANDO OS CONCEITOS PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

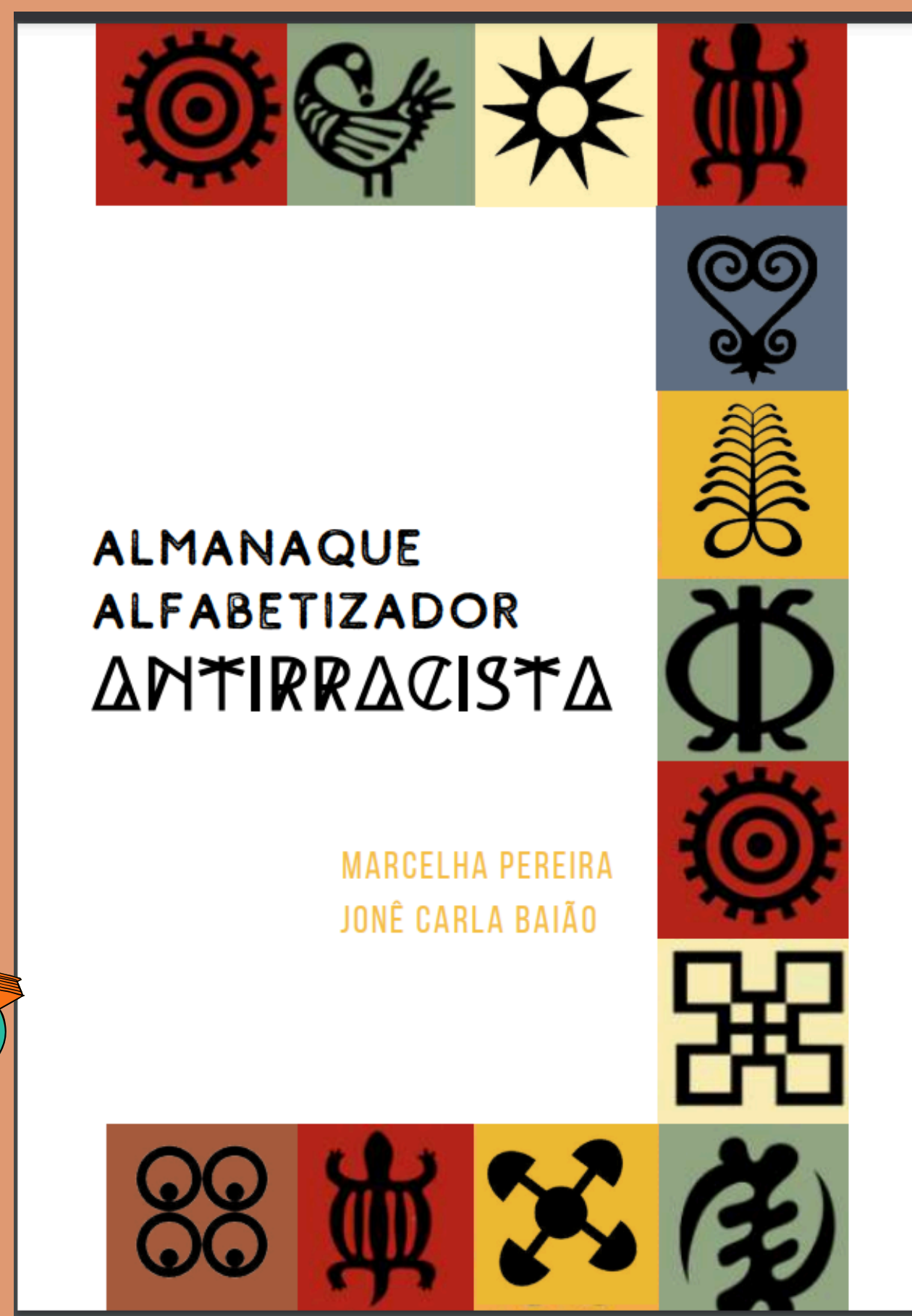
- Partilha com as(os) professoras(es): assimilação e socialização dos conceitos fundamentais, pode ser liderada pela(o) coordenador(a) ou por um(a) professor(a) da área de Ciências Humanas;
- Cada professor(a) deve montar um plano de aula sobre com a mulher negra no seu conteúdo;
- Para elaboração dos planos, elaboramos um material de apoio com diferentes referências para as(os) professoras(es) elaborarem o seu plano conforme a sua disciplina ou de forma interdisciplinar. Nesse material tem história e obras de mulheres negras e suas contribuições para História de diversas formas, escritoras para as aulas de Língua Portuguesa; atletas para as aulas de Educação Física, cientistas para aulas de Matemática e Ciências da Natureza; cantoras para as aulas de Artes e ativistas, socióloga para aulas de Ciências Humanas, nas sugestões também há uma diversidade de formatos como livros, histórias em quadrinhos, vídeos, documentários e filmes.
- A última atividade é voltada ao livro didático de História e seu uso cotidiano de forma que promova estimular a criticidade e a reflexão cotidiana sobre a representação das mulheres negras no material, para combater a naturalização do racismo e sexismo nos mesmos.



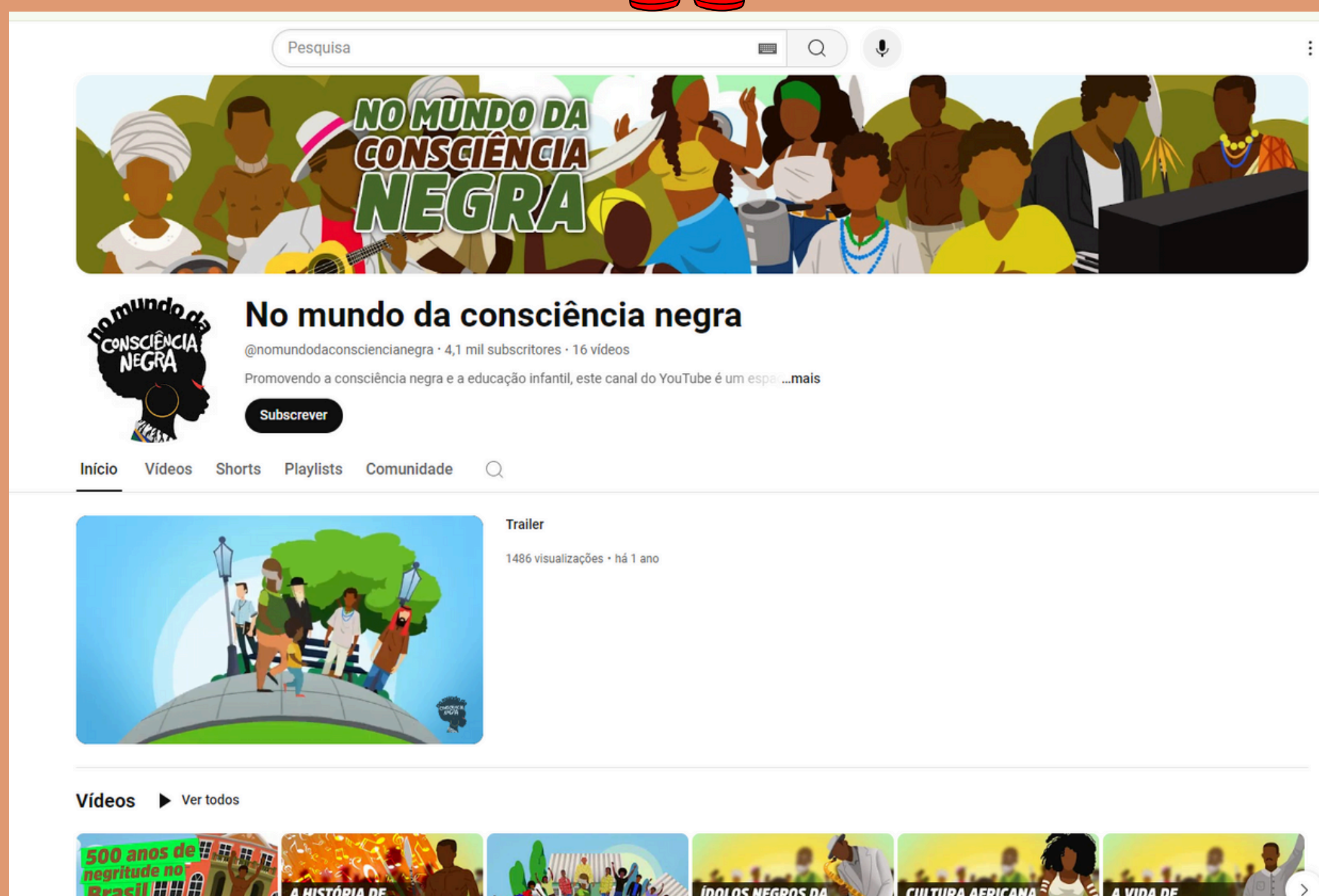
ATIVIDADE COM OS PROFESSORES, DOMINANDO OS CONCEITOS PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA PROFESSORAS(ES) DOS ANOS INICIAIS - MATERIAL DE APOIO



Disponível gratuitamente em:
https://media.ceert.org.br/portal-4/pdf/pdf_publicacoes/2022111617345463751f3e26434-catalogo-jogos.pdf



Disponível gratuitamente em:
<http://www.ppgeb.cap.uerj.br/wp-content/uploads/2022/03/Marcelha-PRODUTO-VERSAO-IMPRESSA-compactado.pdf>



Disponível gratuitamente em: <https://www.youtube.com/@nomundodaconsciencianegra>

ATIVIDADE COM OS PROFESSORES, DOMINANDO OS CONCEITOS PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

PROFESSORAS(ES) DOS ANOS FINAIS - MATERIAL DE APOIO



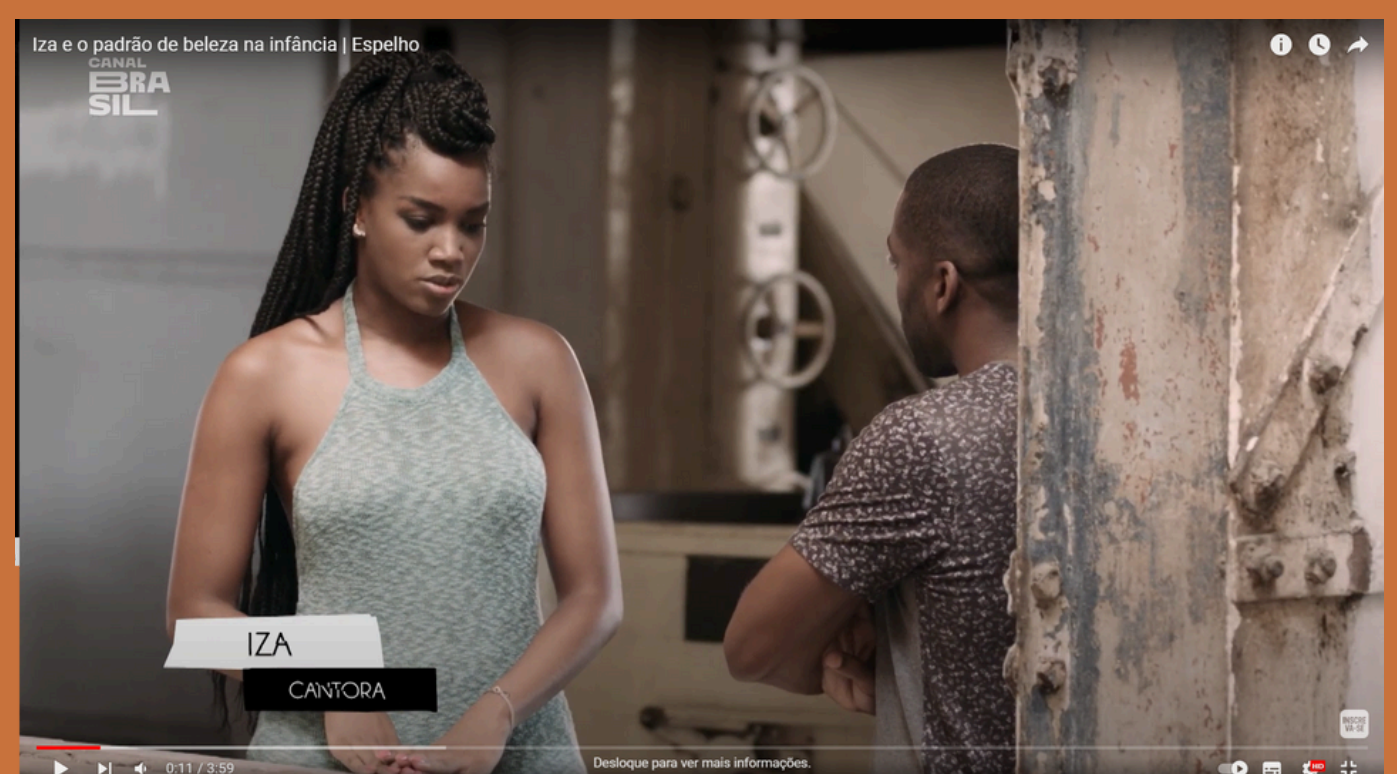
Disponível para compra em:
<https://www.editoramostarda.com.br/produto/carolina-maria-de-jesus/>



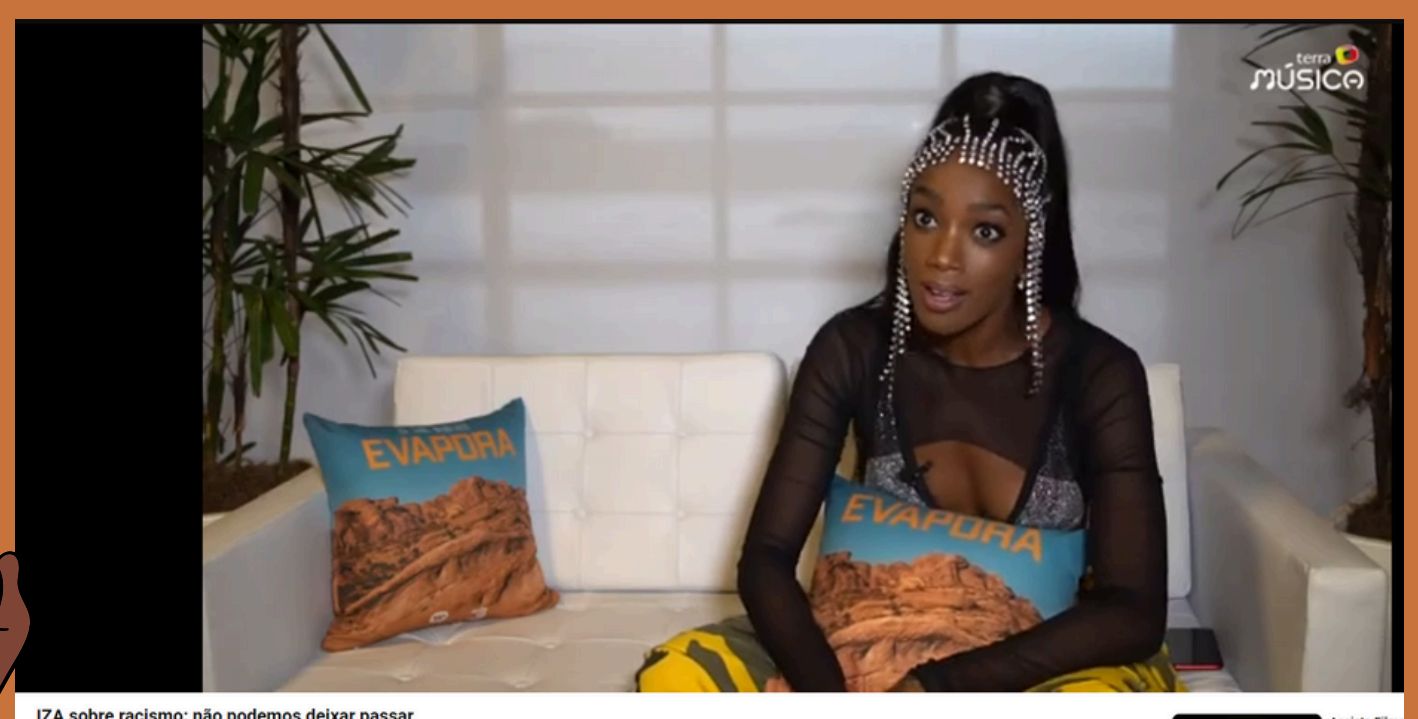
Disponível para compra em:
<https://www.editoramostarda.com.br/produto/carolina-maria-de-jesus/>



Disponível na plataforma da Disney+



Disponível gratuitamente em:
<https://www.youtube.com/watch?v=mcm2TK6feGA>



Disponível gratuitamente em:
<https://www.youtube.com/watch?v=igc7SHUVK2c>

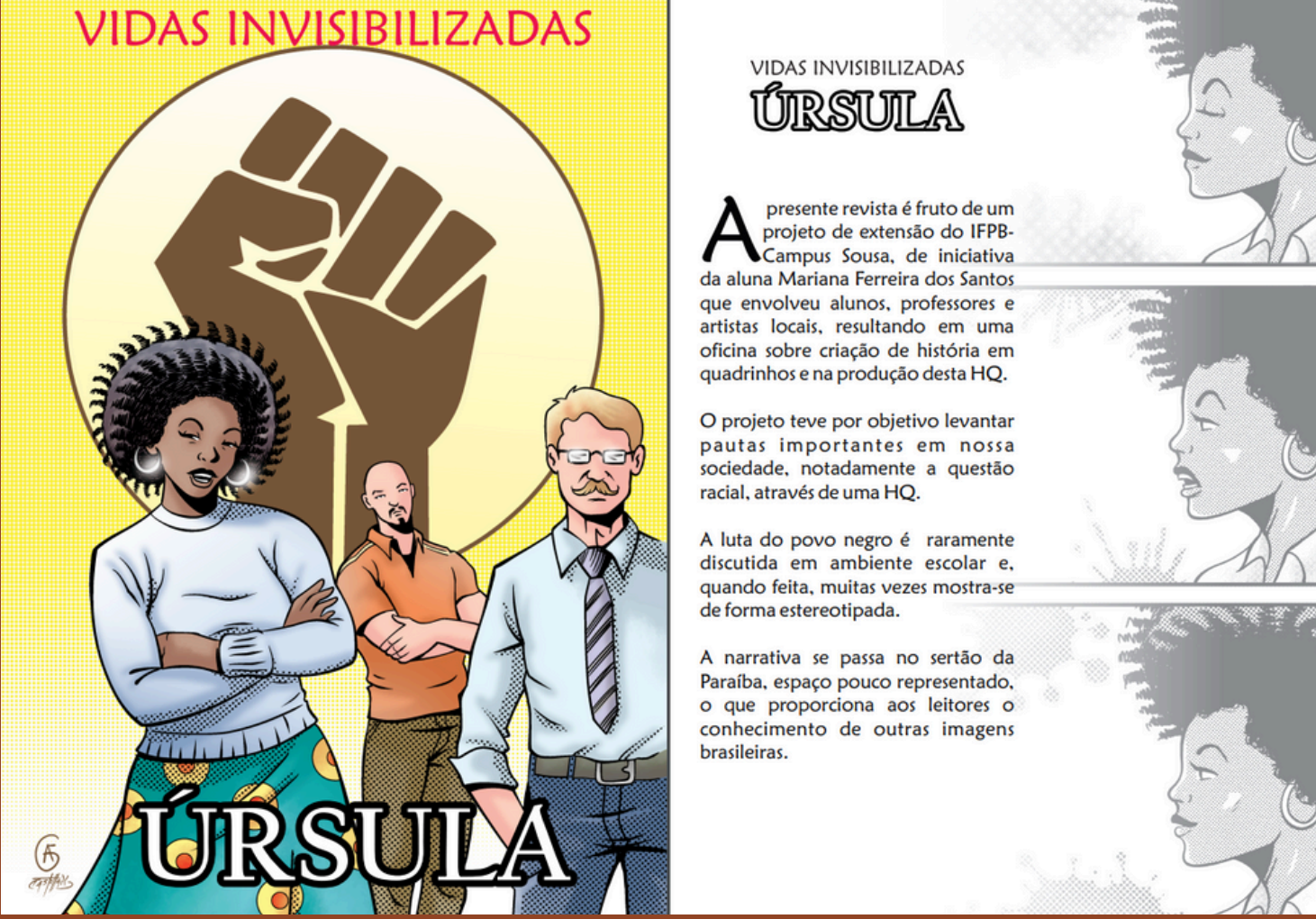
ATIVIDADE COM OS PROFESSORES, DOMINANDO OS CONCEITOS PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA PROFESSORAS(ES), DOS ANOS FINAIS - MATERIAL DE APOIO



Disponível gratuitamente em:
<https://www.youtube.com/watch?v=mcm2TK6feGA>



Disponível gratuitamente em: <https://www.youtube.com/watch?v=Li828aNeRHM>



Disponível gratuitamente em: https://media.ceert.org.br/porta-4/pdf/pdf_publicacoes/202211617345463751f3e26434-catalogo-jogos.pdf



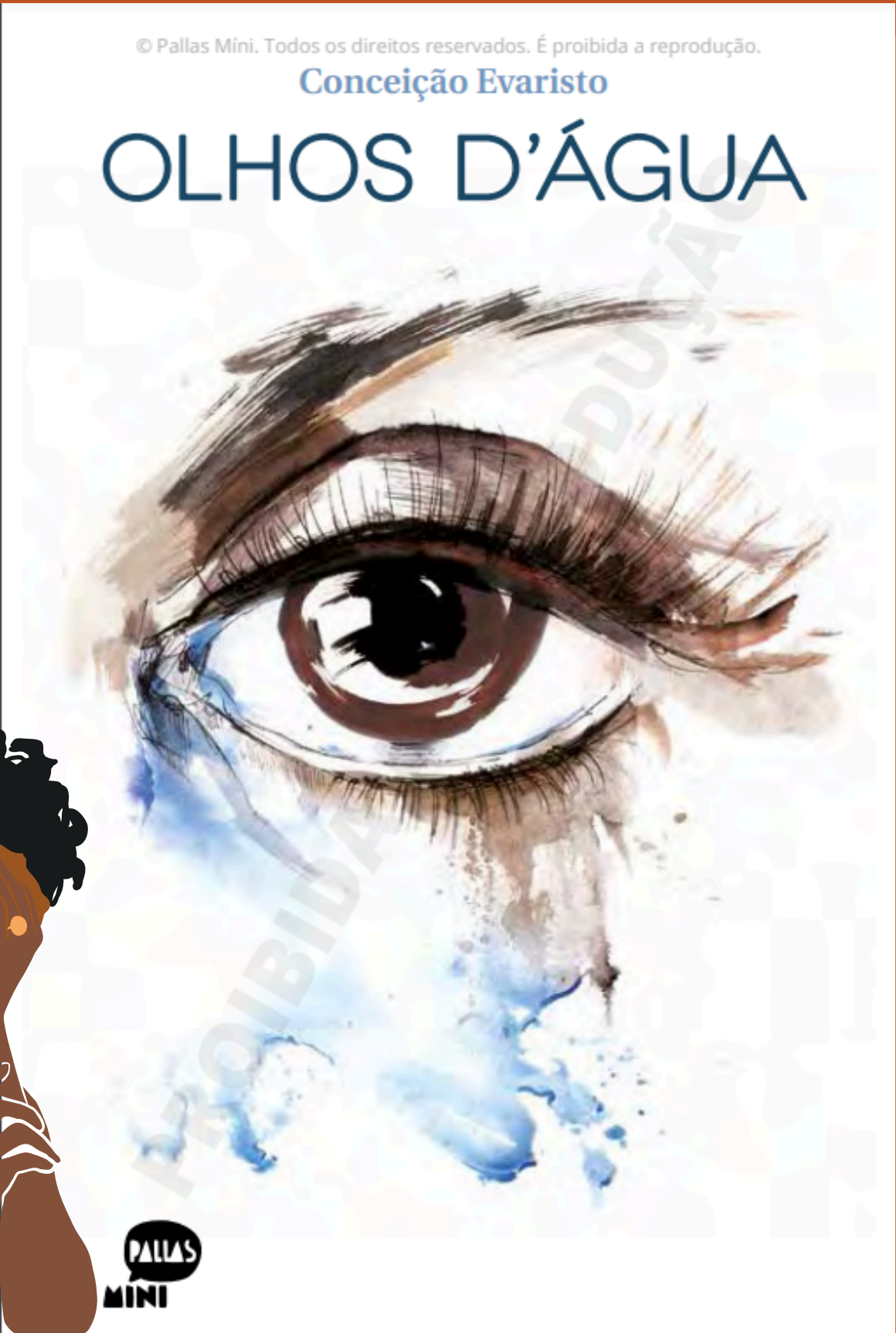
Disponível gratuitamente em: https://3972d785-bd06-4d6e-8c65-9abe375d3b5c.filesusr.com/ugd/4cb6f9_8e731e0bd114947ae0faaae4266d6a5.pdf



Disponível gratuitamente em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/597144>



ATIVIDADE COM OS PROFESSORES, DOMINANDO OS CONCEITOS PARA
UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA
PROFESSORAS(ES) DO ENSINO MÉDIO - MATERIAL DE APOIO



Disponível gratuitamente em:
<https://dpid.cidadaopg.sp.gov.br/pde/arquivos/1623677495235-Quarto%20de%20Despejo%20-%20Maria%20Carolina%20de%20Jesus.pdf.pdf>

Disponível gratuitamente em:
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5676744/mod_resource/content/1/Olhos%20.pdf



Disponível gratuitamente em:
<https://www.youtube.com/watch?v=Li828aNerHM>



Disponível gratuitamente em:
<https://www.youtube.com/watch?v=U0oc8sux7yl>



Disponível gratuitamente em: <https://www.youtube.com/watch?v=U0oc8sux7yl>

ATIVIDADE COM OS PROFESSORES, DOMINANDO OS CONCEITOS PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

PROFESSORAS(ES) DO ENSINO MÉDIO - MATERIAL DE APOIO



Disponível gratuitamente em: https://www.youtube.com/watch?v=RI_rzI_mk48



Disponível gratuitamente em: <https://www.youtube.com/watch?v=VQA2FfDrFY>



Disponível gratuitamente em: <https://www.youtube.com/watch?v=iccXihloHPg>



Disponível para compra no Youtube e na plataforma da Amazon Prime Vídeo.



Disponível gratuitamente em: <https://www.youtube.com/watch?v=dw8SNTt7r8g>



ANALISANDO O LIVRO DIDÁTICO - ATIVIDADE PARA AS(OS) PROFESSORAS(ES) DE HISTÓRIA

Ao usar o livro didático de história em sala de aula é importante que as seguintes questões sejam feitas com a turma em formato de roda de conversa:

1. EXISTEM MULHERES NEGRAS NESSE CONTEÚDO NO LIVRO ?
2. SE EXISTEM, COMO SÃO APRESENTADAS?
3. SE NÃO EXISTEM, COMO E QUAIS DEVERIAM ESTAR NO LIVRO?
4. DE QUAL FORMA VOCÊS INTERPRETAM A REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES NEGRAS NO SEU LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA?



REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. O que é interseccionalidade? São Paulo: Pólen, 2019.

ALMEIDA, Silvio. Racismo estrutural. São Paulo; Sueli Carneiro: Pólen, 2019.

BRASIL, Lei 12.288/10. Estatuto da Igualdade Racial. Brasília, DF: Presidência da República, 2021.

BRASIL. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasil. Outubro. 2004.

CANDAU, Vera Maria Ferrão; OLIVEIRA, Luís Fernandes de. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 26, n. 01, p. 15–40, abr. 2010.

COSTARD, Larissa. Gênero, currículo e pedagogia decolonial: anotações para pensarmos as mulheres no ensino de História. Fronteiras & Debates. v. 4, p. 159–175, Macapá, 2017.

GOMES, Nilma Lino. ALGUNS TERMOS E CONCEITOS PRESENTES NO DEBATE SOBRE RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL: UMA BREVE DISCUSSÃO. In: BRASIL. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03 / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

GOMES, Nilma Lino. Educação e identidade negra. Revista Aletria: alteridades em questão, Belo Horizonte, POSLIT/CEL, Faculdade de Letras da UFMG, v.06, n.09, dez/2002, p. 38–47.

MUNANGA, Kabengele e GOMES, Nilma Lino. Para entender o negro no Brasil de hoje: história, realidades, problemas e caminhos. São Paulo: Global; Ação Educativa, 2004.

MUNANGA, Kabengele. Negritude : usos e sentidos. – 4. ed. – Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2019.

MUNANGA, Kabengele. “Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje?”. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 62, dez. 2015, p. 20–31.

OLIVA, Anderson Ribeiro; CONCEIÇÃO, Maria Telvira da. A construção de epistemologias insubmissas e os caminhos possíveis para uma educação antirracista e anticolonial: reflexões sobre os 20 anos da Lei 10.639/2003. Revista História Hoje. São Paulo, v. 12, nº 25 2023

WALSH, Caterine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, Vera Maria (Org.). Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p. 75–92.